



“Estamos dispostos a assumir esse custo político”

Cristiane Alkmin Schmidt,
secretária da Economia de Goiás

Qual sua expectativa sobre o Programa de Equilíbrio Financeiro (PEF)?

Arrumar as contas é relevante para que se possam fazer políticas públicas. Caso contrário, o governador eleito fica de mãos atadas, administrando folha de pagamento, como está ocorrendo hoje em Goiás. Queremos ter o aval da União o quanto antes para sair dessa situação com o menor custo social possível. Aderir ao PEF é importante para tomarmos empréstimos a uma taxa mais razoável e não a de cheque especial. Pretendemos usar esse dinheiro para financiar o nosso fluxo de caixa de curto prazo, que está negativo em R\$ 200 milhões mensais, enquanto trabalhamos em um forte ajuste fiscal no médio/longo prazo. Além disso, gostaríamos que essa ajuda viesse de forma não linear, em que a primeira tranche fosse maior do que a segunda e assim por diante. A ideia, se tudo der certo, é não precisar pagar empréstimos no terceiro ou quarto ano, pois não queremos aumentar muito a dívida consolidada líquida.

Já têm um plano de cortes para acessar ao PEF?

Estamos revisando tudo o que é possível. Nos três primeiros meses, tivemos aumento de 10% da receita *vis-à-vis* o mesmo período em 2018, pois fo-

ramos na sonegação. Como o perfil da equipe do governador é técnico, todos os secretários estão dedicados a gerar eficiência em suas pastas, o que ajuda muito no ajuste. Com isso, conseguimos pagar as contas básicas (previdência, folha e dívida), e manter alguns projetos sociais. Até agora, cortamos 30% em comissionados; fizemos revisão de todos os contratos, identificando casos com sobrepreço de até 200%; revisamos R\$ 1 bi de benefícios fiscais; vendemos carros; realocamos servidores para locais mais baratos; entre outras medidas de uso mais eficiente da máquina.

Para o futuro, além da folha (ativos e inativos), faremos uma revisão de todos os benefícios fiscais concedidos, pois a renúncia tributária em Goiás é alta, de R\$ 8 bilhões, para uma receita com ICMS de cerca de R\$ 16 bi. A ideia é privilegiar políticas horizontais para dar competitividade aos setores. Mas todo esse esforço de revisão de contratos, redução de custos, entre outros, não será suficiente se não tocarmos nos pontos cruciais, que são previdência, folha de ativos e benefícios fiscais. Quanto a este último, é chato verificar que, mesmo com toda essa ginástica, um estado rico como São Paulo, competitivo por natureza, ainda possa, legalmente, iniciar uma

guerra fiscal. É um ato antiBrasil, pois dessa forma os demais estados ou morrerão por falta de investimento, ou por razões fiscais.

Que resultado espera da reforma da Previdência do governo federal?

Esperamos que ela passe o mais rápido possível, com efetividade imediata para os estados. Estamos elaborando um diagnóstico detalhado, com a consultoria do economista Paulo Tafner, para identificar qual será o resultado final, em termos monetários, para o estado ao longo dos próximos 10, 20 e 30 anos. Nosso déficit com inativos em 2018 foi de R\$ 2,5 bi (ao redor de 9% da receita corrente líquida - RCL), e nosso déficit atuarial é pouco menos que 10 vezes a RCL. Em função do plano de ajuste, também estamos calculando quanto poderemos economizar nos próximos quatro anos, para apresentar ao governo federal. Sabemos que não será um benefício grande no curto prazo mas, dada a importância do tema, estamos dispostos a assumir esse custo político de propor à assembleia a reforma estadual - se tudo correr bem, no final deste ano. Entendemos que será uma reforma estruturante, representando um dos maiores legados do governador Caiado para o futuro do estado de Goiás. (S.M.)